



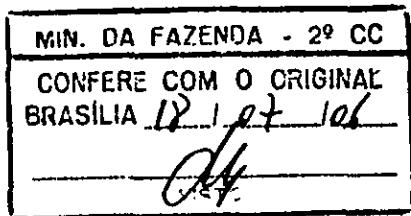
Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10930.003838/2003-69  
Recurso nº : 126.486  
Acórdão nº : 204-01.073



2º CC-MF  
Fl.

Recorrente : GE – SUL EMPREEDIMENTOS LTDA.  
Recorrida : DRJ em Curitiba - PR



**NORMAS PROCESSUAIS, DEPÓSITO JUDICIAL, MULTA E JUROS DE MORA.** Quando comprovado o depósito judicial, até a data do vencimento da obrigação tributária, do montante integral do crédito tributário, não cabe a aplicação de multa de ofício nem de juros de mora.

**Recurso provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por GE – SUL EMPREEDIMENTOS LTDA.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2006.

*Henrique Pinheiro Torres*  
Henrique Pinheiro Torres  
Presidente

*Adriene Maria de Miranda*  
Adriene Maria de Miranda  
Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Flávio de Sá Munhoz, Nayra Bastos Manatta, Rodrigo Bernardes de Carvalho, Júlio César Alves Ramos e Sandra Barbon Lewis



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10930.003838/2003-69  
Recurso nº : 126.486  
Acórdão nº : 204-01.073

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 12/07/06
<i>[Assinatura]</i>
VISTO

2º CC-MF  
Fl.

**Recorrente : GE – SUL EMPREEDIMENTOS LTDA.**

## RELATÓRIO

Trata-se de auto de infração originado de auditoria interna na DCTF referente aos 2º, 3º e 4º trimestres de 1998, para exigência do PIS. Na DCTF, segundo a fiscalização, constam valores informados a título de “VALOR DO DÉBITO APURADO DECLARADO”, cujos créditos vinculados, informados como “Exigibilidade Suspensa”, em face do Processo nº 98.2010681-8, não foram confirmados, sob a ocorrência: “Proc jud de outro CNPJ”.

A contribuinte apresentou, em 30/07/2003, a impugnação de fls. 01/04, acompanhada dos documentos de fls. 05/116, no qual sustenta que ingressou em juízo, por meio de mandado de segurança preventivo e com pedido de liminar, processado sob o nº 98.2010681-8, na 2ª Vara da Justiça Federal em Londrina - PR, questionando a exigência do PIS nos termos das MP 1.212/95, tendo efetuado depósitos judiciais relativos às contribuições informadas nas DCTFs em questão. Nesse passo, uma vez que os valores estão com sua exigibilidade suspensa, não é cabível o lançamento de multa e juros de mora, conforme jurisprudência desse Col. Conselho de Contribuintes.

A DRJ em Curitiba – PR houve por bem julgar o lançamento procedente em acórdão assim ementado:

*Assunto: Contribuição para o PIS/Pasep*

*Período de apuração: 01/04/1998 a 31/12/1998*

*Ementa: FALTA DE RECOLHIMENTO. MULTA DE OFÍCIO E JUROS DE MORA. APLICAÇÃO. LEGALIDADE.*

*São aplicáveis no lançamento fiscal, por falta de recolhimento, a multa de ofício e os juros de mora previstos em lei, ainda que em face da existência de depósitos judiciais.*

*SUSPENSÃO DO LANÇAMENTO. DESCABIMENTO.*

*Descabe a suspensão do lançamento, para se aguardar a decisão judicial definitiva, por falta de previsão legal. (fls. 120)*

Inconformada, a contribuinte interpôs o recurso voluntário de fls. 130/136, no qual reitera a improcedência da multa e dos juros de mora, haja vista os valores terem sido objeto de depósito judicial, arrolando precedentes desse Col. Conselho no sentido das suas razões.

É o relatório.

*Y JM*



Processo nº : 10930.003838/2003-69  
Recurso nº : 126.486  
Acórdão nº : 204-01.073

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 12/07/06
V.G.C.

2º CC-MF  
Fl.

**VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA**  
**ADRIENE MARIA DE MIRANDA**

O recurso preenche os requisitos mínimos de admissibilidade, em virtude do que dele tomo conhecimento.

Consoante se verifica do relatório, a ora recorrente ajuizou, em setembro de 1995, mandado de segurança questionando o recolhimento do PIS nos termos da MP nº 1.212/95. Visando suspender a exigibilidade do crédito durante o trâmite do processo, procedeu ao depósito judicial dos valores que eventualmente seriam devidos, conforme inclusive comprova extrato de fl. 137 emitido pela própria Receita Federal.

A fiscalização, em auditoria interna na DCTF, lavrou auto de infração exigindo o PIS referentes aos 2º, 3º e 4º trimestres de 1998, bem como multa de ofício e juros de mora.

Questiona a contribuinte a cobrança da multa de ofício e dos juros de mora com fulcro na jurisprudência desse Eg. Conselho de Contribuintes no sentido de que a realização do depósito judicial elide ambos os consectários. Lembra, ainda, que, o art. 63 da Lei nº 9.430/96 expressamente determina não ser cabível o lançamento de multa de ofício a constituição de débito tributo cuja exigibilidade houver sido suspensa.

O recurso voluntário ofertado merece ser provido. De fato, já decidiu esse Eg. Conselho de Contribuinte, por diversas vezes, que o depósito judicial dos valores elide a incidência da multa de ofício, porquanto suspende a exigibilidade do crédito, bem como afasta o cômputo dos juros moratórios, *verbis*:

**DEPÓSITO JUDICIAL – MULTA E JUROS DE MORA** – Quando comprovado o depósito judicial, até a data do vencimento da obrigação tributária, do montante integral do crédito tributário, não cabe a aplicação da multa de ofício de juros de mora. (CSRF/02-01.095, Rel. Cons. Sérgio Gomes Velloso, d.j. 22/01/2002, negritamos)

**COFINS - CONSTITUCIONALIDADE**. A constitucionalidade da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, criada pela Lei Complementar nº 70/91, está definitivamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, o que legitima seu recolhimento incidente sobre o faturamento da empresa. **DEPÓSITO JUDICIAL**. O depósito judicial de débitos, que se encontram em discussão judicial, afasta a exigência de qualquer importância a título de juros de mora e multa de ofício. Recurso provido em parte. (AC 201-74078, Rel. Cons. Valdemar Ludvig, d.j. 19/10/2000, negritamos)

**COFINS. CONVERSÃO DO DEPÓSITO EM RENDA**. A conversão do depósito em renda quando este se deu no montante integral do débito extingue o crédito tributário. **LANÇAMENTO DE OFÍCIO - EXIGIBILIDADE SUSPENSA**. **DEPÓSITO JUDICIAL**. **MULTA DE OFÍCIO E JUROS DE MORA**. **DESCABIMENTO**. Não cabe a cobrança de multa de ofício quando o auto de infração foi lavrado com exigibilidade suspensa, nem juros de mora, se houver depósito no montante integral do débito. Recurso de ofício negado. (AC 203-09968, Rel. Cons. Leonardo de Andrade Couto, d.j. 28/01/2005, negritamos)

*AM*



Ministério da Fazenda  
Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10930.003838/2003-69  
Recurso nº : 126.486  
Acórdão nº : 204-01.073

MIN. DA FAZENDA - 2º CC
CONFERE COM O ORIGINAL
BRASÍLIA 12/07/06
<i>[Handwritten signature]</i>

2º CC-MF
Fl.
_____

A exigência do principal, registe-se, também não prospera. Isso porque, tendo transitado em julgado decisão desfavorável à contribuinte (vide extrato anexo), os depósitos judiciais serão convertidos em renda da União, dando-lhe quitação.

Diante do exposto, voto por dar provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 21 de fevereiro de 2006.

ADRIENE MARIA DE MIRANDA